

### **Para Enfrentar o Século XXI**

Helena Vaz da Silva

Para acreditarmos na Europa temos que fazer dela uma Europa para as pessoas, e uma Europa dos valores. Para credibilizar a política temos que saber, simultaneamente, dar espaço ao indivíduo e proteger o grupo. Para adaptar a educação à realidade temos que saber desenvolver duas compreensões – a da razão e a do afecto. São estes os instrumentos fundamentais para enfrentarmos o novo século.

#### **1. Acreditar na Europa**

A Europa dos 15 a que pertencemos é – ou foi... – uma história de sucesso. Começou a seguir à guerra com seis países que se ligaram por interesses económicos acreditando que desse modo afastariam o espectro de novas guerras e destruições. Tiveram razão por 50 anos. A Europa foi-se alargando a novos países, foi ampliando o âmbito da cooperação. De 6 países passou a 9, quando passou a 12 entrou Portugal e hoje somos 15.

Do mercado livre – sem alfândegas – passou ao mercado único – com regras comuns; desse, à moeda única – o Euro que nos espreita em 2002 – e consagrou enfim a livre circulação de pessoas e bens no espaço sem fronteiras. Entretanto criou políticas comuns e integradas na agricultura e nos transportes, reforçou a cooperação no domínio social, em especial no emprego e na formação mas também na saúde pública. Integrou em parâmetros comuns as políticas de educação e de cultura, embora, por serem domínios sensíveis, salvaguardando sempre a autonomia de cada Estado. Ao mesmo tempo, impôs critérios comuns no domínio da igualdade. Avançou com medidas comuns no combate à criminalidade e no acolhimento de imigrantes e esforça-se por avançar no âmbito da política externa e da segurança comum, com as dificuldades que implica o não haver um exército comum.

Para acreditar na Europa – ou seja, acreditar nas instituições que a sustentam (o tripé a que chamamos Bruxelas) e acreditar nos princípios consagrados no Tratado (que acaba de ser agora revisto em Nice por entre sérias dificuldades) – é preciso fazer dela uma Europa para as pessoas.

Uma Europa para as pessoas tem de ser uma Europa dos valores, uma Europa dos cidadãos e uma Europa virada para o futuro.

Uma Europa dos valores no sentido em que ela não pode ser apenas um grande mercado onde circulam bens e pessoas, embora também o seja. Ela não pode ser apenas um acervo de regras que determina a vida quotidiana de 360 milhões de pessoas, embora também o seja. Ela não pode reduzir-se a um confronto entre blocos de interesses – Europa versus América, ou Japão ou, qualquer dia, a América Latina – embora também o seja.

Falar da Europa é falar, antes do mais, de um conjunto de valores, de crenças, de culturas que encontram na sua diversidade a força de se afirmar como uma unidade. Alguém dizia que só compreendemos que a Europa tem uma alma quando a observamos do exterior. No seio da Europa desenrola-se um combate entre aqueles que só vêem fusões, OPAS e quotas de mercado e os que vêem na consciência da sua identidade cultural e dos seus valores próprios, a verdadeira força da Europa. E não me digam que esta é uma batalha perdida, que os primeiros

são os vencedores e que os outros pertencem ao passado. Falo numa identidade dinâmica, em processo, falo em movimento, em busca, em cruzamentos. Mas é claro que também falo de raízes, de crenças, daquilo que ultrapassa a compra e venda.

Uma Europa dos cidadãos no sentido em que transparência, participação e responsabilização são os caminhos indispensáveis para a cidadania. Ou os políticos constroem uma Europa à vista dos cidadãos, a favor dos cidadãos, com a participação dos cidadãos, ou o sonho da Europa não tardará a desvanecer-se, por alheamento das pessoas relativamente às lutas de interesses a que ela ficará reduzida.

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, promulgada no Conselho Europeu de Nice em Dezembro último, é uma pedra de toque acerca do futuro de uma Europa da cidadania. Tinha por objectivo coligir os direitos económicos, políticos e sociais consagrados noutros documentos europeus e internacionais, de modo a convertê-lo na carta de princípios orientadora da ética dos Quinze. Infelizmente apenas se conseguiu atingir o mínimo denominador comum entre os Estados Membros, o que significa, em primeiro lugar, que os direitos culturais não foram sequer referidos (como o do livre exercício da criação, o do acesso à cultura, o do direito ao património e os direitos de autor). E significa também que a esperança generalizada de ver incluir no Tratado da União este documento, fazendo-lhe referência no preâmbulo respectivo, ficou gorada. Distante fica assim, mas não perdida, a esperança de ver esta Carta tornar-se no embrião de uma Constituição Europeia.

Uma Europa virada para o futuro no sentido em que somos a primeira geração planetária para a qual, quer as crises, quer os progressos são universais, o que torna urgente uma mudança das mentalidades. A consciência de um "destino comum" da humanidade tem de inspirar as políticas, o que implica acentuar com a mesma força tanto a responsabilidade individual como a colectiva na prevenção e na resolução das crises.

É preciso gerir a Europa, não apenas com uma visão de curto prazo e de lucro fácil, mas de longo prazo e de sustentabilidade, abrindo janelas para novos conceitos de vida quotidiana, novos conceitos de trabalho, novos conceitos de férias e de lazer. Um modo de organização diferente do espaço urbano (ocupação do solo, transportes, horários de serviços), uma reocupação dos espaços rurais abandonados, por jovens com conceitos de vida mais flexíveis, o trabalho por tarefa em regime livre e o teletrabalho, as férias alternativas (de natureza, de turismo cultural, os estágios linguísticos aliados ao lazer e ao desporto) têm de passar das margens da política para o seu centro.

## **2. Credibilizar a política e renovar a democracia**

Roland Barthes dizia que desconfiava da política mas que lhe interessava o político. No fundo, ele exprime o que todos pensamos: que mudar o mundo é tarefa nossa, mas que todas as acções, para serem portadoras de futuro e de felicidade, devem ser baseadas num pensamento, numa estratégia e, depois, num sonho.

Três questões se colocam à democracia na Europa que os políticos demoram a encarar de frente: a de encontrar o equilíbrio, difícil mas indispensável, entre a salvaguarda da identidade de cada país e a capacidade dos Quinze de agir como um bloco único quando a eficácia o impõe; a do duplo desafio de assegurar a coesão social e a participação de todos os seus residentes, desafio que o Movimento Europeu formula de modo exemplar: "a identidade de uma comunidade avalia-se pelo número das suas exclusões e das suas inclusões". E um terceiro desafio que é o de tender para um modelo social comum ao Leste e ao Oeste, condição para que

o alargamento possa fazer-se sem turbulência.

A verdadeira democracia consiste em conseguir um controlo mútuo do indivíduo pela sociedade e vice-versa. Só com essa circularidade a funcionar em permanência se consegue uma sociedade que dê espaço ao indivíduo e proteja o grupo. E, finalmente, um último aspecto não menos fundamental: uma democracia que funciona tem o seu tempo forte no intervalo das eleições e não nas eleições. Estas apenas devem servir para consagrar as opções de vida, os hábitos de convivência e os contratos sociais estabelecidos entre si pelos cidadãos.

### **3. Adaptar a educação ao século XXI**

A sociedade do futuro é a sociedade do conhecimento em que a arma que conta é o saber. As fronteiras abertas entre países europeus se, por um lado, alargaram o campo do possível – pode-se hoje escolher onde estudar, onde residir, onde trabalhar – reforçaram também a competição pelo emprego e atiram os menos aptos para as trevas exteriores. A questão da formação – que não pode ser separada da educação, da cultura e dos princípios do desenvolvimento – é uma questão fulcral que está longe de poder considerar-se, não digo resolvida, mas sequer correctamente formulada. Saber não é acumular conhecimentos mas antes a capacidade de os relacionar e de saber utilizá-los como instrumentos. O essencial é a relação entre todos os domínios do saber e entre todos os níveis da vida. Relação das ciências entre si, relação ciência – filosofia – religião a fim de que elas se iluminem reciprocamente, se completem e possam criar novos sentidos. Relação também entre o racional e o vivido, entre a riqueza do pensamento e a aventura da acção.

A educação/formação é uma arma que tem de ser feita e refeita ao longo da vida, tomando como ponto de partida a sociedade tal como ela é hoje – mista, contraditória – e não a sociedade idealizada de tempos passados.

Vive-se hoje sob o signo da velocidade, da novidade, da iniciativa e do virtual como horizonte. É necessário que o fascínio pela informação não leve a acreditar que esta é um bem em si. É necessário saber-se que poderá até ser um mal se não for utilizada em função de um projecto de vida cujo controlo nos pertença a nós e não aos prime times nem às audiências da televisão, nem às máquinas. O nosso tempo pode ser o tempo das máquinas ao serviço das pessoas mas há ainda que conquistá-lo.

Nas nossas cidades de hoje convivem lado a lado culturas diversas – a religião muçulmana é já a segunda religião da Europa. O racismo e a xenofobia, activos ou passivos, apesar de serem um problema real – e a subida regular dos votos de extrema direita em vários países europeus não nos permite ignorá-lo – numa perspectiva de futuro, pertencem ao passado. A interculturalidade é a nossa realidade incontornável, muito embora as mentalidades tardem a reconhecê-lo e as leis continuem insuficientes, ou melhor, insuficientemente aplicadas.

A escola é o lugar por excelência onde se podem fazer as transfusões interculturais com maior naturalidade e resultados duradouros. Mas isso depende do ambiente escolar isto é, das atitudes dos professores, dos pais e da comunidade envolvente. Por outro lado, pense-se que hoje se atinge a maturidade profissional mais cedo – ou melhor (e não é a mesma coisa) chega-se cada vez mais cedo ao top (aos 30 anos pode ser-se membro do Governo ou gestor público) – mas, por outro lado, temos uma vida mais comprida a viver, com uma terceira idade em plena forma e uma quarta idade cada vez mais longa. Isto exige que cada um por si e a sociedade enquanto tal encarem um projecto de vida por etapas e por objectivos para garantir uma realização pessoal e poder colocar ao serviço dos outros a experiência acumulada durante a vida activa. Viver mais tempo pode ser uma cruz ou uma

excelente oportunidade, conforme o modo como tenha sido preparada a longo prazo, individual ou colectivamente, esta nova realidade demográfica. São precisas políticas que lidem com urgência e realismo com ela.

Edgar Morin formulou magnificamente no seu mais recente livro intitulado "Os Sete Saberes" – que resume a sua proposta para a reforma do ensino em França – as linhas mestras de uma educação para o futuro. Afirma ele que hoje educar "é um combate pela lucidez". Porque, desde que o incerto penetrou todas as ciências – da Biologia, à Física e à História – o futuro se tornou imprevisível, dada a velocidade a que surgem novas descobertas que invalidam saberes anteriores. É, pois, preciso educar para o incerto e para o desconhecido. Por isso, diz ele, educar passou a ser ensinar "a navegar num oceano de incerteza por entre arquipélagos de certeza". Mas, acrescenta, é também preciso educar para a compreensão e pô-la no centro das relações humanas. Há uma compreensão objectiva – ou intelectual – que identifica o que é diferente de nós e o aceita e há uma compreensão subjectiva – ou afectiva – que se identifica com o que é diferente de nós e o adopta. São estas duas compreensões – a da razão e a do afecto – que são a chave de uma educação para a paz e nos permitirão afrontar o século XXI.